



**INSTITUTO
FEDERAL**
Goiás

RELATÓRIO PRELIMINAR DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

ANO DE REFERÊNCIA: 2023



Reitoria do IFG

Reitora

Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon

Diretoria Executiva

Tauã Carvalho de Assis

Pró-Reitoria de Administração

Diego Silva Xavier

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

Sandra Abadia Ferreira

Pró-Reitoria de Ensino

Maria Valeska Lopes Viana

Pró-Reitoria de Extensão

Willian Batista dos Santos

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Lorena Pereira de Souza Rosa



Diretores Gerais dos Câmpus

Câmpus Águas Lindas

Tiago Gomes de Araújo

Câmpus Anápolis

Kátia Cilene Costa Fernandes

Câmpus Aparecida de Goiânia

Eduardo de Carvalho Rezende

Câmpus Cidade de Goiás

Sandro Ramos de Lima

Câmpus Formosa

Thiago Gonçalves Dias

Câmpus Goiânia

Adriana dos Reis Ferreira

Câmpus Goiânia Oeste

Cleberon Pereira Arruda

Câmpus Inhumas

Luciano dos Santos

Câmpus Itumbiara

Marcos Antônio Arantes de Freitas

Câmpus Jataí

Ruberley Rodrigues de Souza

Câmpus Luziânia

Reinaldo de Lima Reis Júnior

Câmpus Senador Canedo

Maria Betânia Gondim da Costa

Câmpus Uruaçu

Andreia Alves do Prado

Câmpus Valparaíso

Reginaldo Dias dos Santos



Equipe Comissão Própria de Avaliação Central
PORTARIA Nº 1009 - REITORIA/IFG, DE 06 DE MAIO DE 2024

Alessandro da Costa
Representante Docente
Coordenador

Diego Veloso Gomes
Representante Docente

Daniel Rosa Canedo
Representante Docente

Manoel Lucas da Silva
Representante Docente

Natalia Arantes Andrade Avelar
Representante Técnico-Administrativo

Samuel Hilário Rodrigues
Representante Técnico-Administrativo

Rafaela Nunes Cirqueira Mota
Representante Discente

Andreza Sousa da Silva
Representante Discente

Valéria Pedro da Silva
Representante Discente

Alexandre Francisco Gomes Barbosa
Representante Discente

Regina Lúcia de Deus
Representante Discente

Maria Euzébia de Lima
Sociedade Civil

Ludmylla da Silva Morais
Sociedade Civil

Ariston Alves Afonso

Sociedade Civil

Maria do Socorro Almeida Nascimento
Sociedade Civil

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEFETs – Centros Federais de Educação Tecnológica
CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONSUP – Conselho Superior
CONEPEX – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão é o órgão
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CPC – Conceito Preliminar de Curso
CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente
DAES – Diretoria de Avaliação da Educação Superior
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
IES – Instituições de Educação Superior
IFG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
IGC – Índice Geral dos Cursos
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC – Ministério da Educação
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PEI - Procuradoria Educacional Institucional
PPI – Projeto Pedagógico da Instituição
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão
TAE – Técnico/a Administrativo/a

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Avaliações internas e externas	12
Quadro 2 - Composição da CPA Central IFG em 2024	15

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	10
2. ATOS REGULATÓRIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	11
2.1 AVALIAÇÕES EXTERNAS.....	12
2.2. AVALIAÇÕES INTERNAS.....	12
2.2.1. EVOLUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO DO IFG.....	13
2.2.2. ATUAL COMPOSIÇÃO DA CPA DO IFG.....	13
3. METODOLOGIA.....	16
3.1. CONSULTA A DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS.....	16
3.1.1. IDENTIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS APRESENTADAS PELOS RELATÓRIOS DE 2021-2022.....	16
3.1.2. APRESENTAÇÃO DAS AÇÕES REALIZADAS A PARTIR DAS PROPOSTAS APRESENTADAS PELOS RELATÓRIOS DE 2021-2022.....	17
3.1.3. ANÁLISE DAS PROPOSTAS APRESENTADAS COM AS AÇÕES REALIZADAS.....	17
3.1.4. CONSIDERAÇÕES.....	17
4. PROPOSTAS APRESENTADAS PELOS RELATÓRIOS DE 2021 E 2022.....	19
4.1. A ANÁLISE DOS RESULTADOS E SUGESTÕES NO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO DE 2021.....	19
4.2. A ANÁLISE DOS RESULTADOS E SUGESTÕES NO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO DE 2022.....	21
4.3. AÇÕES REALIZADAS A PARTIR DAS PROPOSTAS APRESENTADAS PELOS RELATÓRIOS DE 2021-2022.....	23
4.3.1. Síntese das ações realizadas em 2021.....	23
4.3.2. Síntese das ações realizadas em 2022.....	25
5. ANÁLISE DAS PROPOSTAS APRESENTADAS COM AS REALIZADAS.....	28
6. DESAFIOS PARA OS PRÓXIMOS PROCESSOS DE AUTOAVALIAÇÃO.....	31
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32

INTRODUÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFG, no ano de 2023, enfrentou desafios profundos que comprometeram a plena realização da autoavaliação institucional prevista no Plano Trienal 2021-2023. Esse cenário foi fortemente influenciado pela implementação do novo sistema SUAP-EDU, cuja adaptação exigiu recursos humanos, temporais e metodológicos não previstos inicialmente, impactando o uso das ferramentas de coleta de dados e dificultando a execução do cronograma estabelecido para o ciclo avaliativo. Mesmo assim, a CPA central e as CPAs dos Câmpus mantiveram-se ativamente comprometidas com atividades organizacionais e preparatórias indispensáveis, como o planejamento das ações, a construção dos questionários, a divulgação das etapas de autoavaliação e a coleta, tabulação e análise de dados. Esse esforço contínuo demonstra o comprometimento da instituição com os princípios de transparência e melhoria contínua, alicerçados na própria essência do processo de autoavaliação.

Do ponto de vista da fundamentação teórica, a metodologia da autoavaliação institucional, sustentada pelo materialismo histórico-dialético, orienta-se pela compreensão dos processos educacionais em seu contexto social e histórico. Nessa perspectiva, a autoavaliação não é um exercício meramente técnico, mas um processo que permite ao IFG e a seus atores refletirem criticamente sobre a realidade da instituição e as condições concretas que determinam sua dinâmica. Trata-se de um esforço para compreender as forças sociais e políticas que condicionam o funcionamento da instituição e identificar, em suas contradições, os pontos de melhoria e transformação. A análise dialética reforça que o processo de autoavaliação não deve ser reduzido a uma coleta de dados instrumental, mas deve atuar como um mecanismo de leitura crítica, possibilitando a construção de políticas que respondam, de forma prática e ética, às necessidades dos estudantes e servidores.

A autoavaliação institucional possui, no Brasil, base legal e importância definidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96, que determina que as instituições de ensino devem assegurar processos de avaliação contínuos para garantir a qualidade dos processos educativos. Além disso, a autoavaliação é um dos pilares do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei 10.861/2004, que

destaca a relevância da autoavaliação como parte de um sistema democrático e transparente de governança educacional. O SINAES estipula que a autoavaliação deve possibilitar que a instituição reflita sobre sua missão, seus objetivos e o impacto de suas práticas no contexto social e comunitário, além de promover um compromisso com a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

No caso do IFG, a interrupção do ciclo completo de autoavaliação em 2023 significa um desafio na transparência e no compromisso institucional de retorno à sociedade, uma vez que essa prática também envolve a prestação de contas sobre o uso dos recursos públicos e as direções educacionais assumidas pela instituição. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) destacam a transparência como direito fundamental, e a autoavaliação representa um dos principais instrumentos para tornar visível e acessível à sociedade o desempenho e as decisões da instituição. A implementação do sistema SUAP-EDU, embora desafiadora, representa uma tentativa de modernizar os processos administrativos e técnicos da autoavaliação, mas que, devido à sua complexidade e impacto estrutural, exigiu ajustes não contemplados no Plano Trienal de 2021-2023.

Diante dessas dificuldades, a CPA do IFG estabeleceu, para o novo Plano Trienal 2024-2026, a retomada dos compromissos assumidos no plano anterior, comprometendo-se a resgatar as metas estabelecidas e aprimorar os processos avaliativos. Esse novo plano trienal, estruturado a partir das lições extraídas em 2023, incluirá não apenas os compromissos anteriores, mas também uma nova abordagem operacional adaptada às diretrizes impostas pelo SUAP-EDU, visando a otimização da coleta, análise e divulgação dos dados de autoavaliação.

No Relatório de Autoavaliação de 2023, além de justificar as limitações enfrentadas, o IFG apresentará as ações concretas realizadas entre 2021 e 2022 para mitigar as fragilidades identificadas nos ciclos anteriores. Esse relatório servirá como um meio de reforçar o compromisso da instituição com a melhoria contínua e a transparência, ao expor à comunidade acadêmica e à sociedade as áreas críticas que foram abordadas e as ações empreendidas para sua resolução. A prática de autoavaliação no IFG, embasada nos princípios de transparência e melhoria contínua, fundamenta-se na concepção de uma educação pública comprometida com a transformação social, em consonância com os objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o projeto pedagógico institucional.

Ao sustentar a autoavaliação institucional como um processo dialético e integrado ao cotidiano institucional, o IFG reafirma seu compromisso com uma educação que seja transformadora e comprometida com o desenvolvimento social. Esse compromisso vai além do atendimento às normativas legais; ele se estrutura como um princípio ético que orienta a instituição a responder de maneira transparente e eficaz às demandas da sociedade.

1. APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, constituída para promover uma educação pública, gratuita e de qualidade. Sua estrutura multicâmpus e seu modelo pedagógico se fundamentam na inclusão social e no desenvolvimento integral, integrando ensino, pesquisa e extensão. A Lei nº 11.892 de 2008 formalizou essa transformação, estabelecendo a criação dos Institutos Federais com o propósito de expandir a oferta de ensino técnico e tecnológico de qualidade, atendendo as demandas regionais e contribuindo para o desenvolvimento econômico e social. O IFG, assim, orienta suas ações pedagógicas e administrativas com base nos princípios de uma educação omnilateral e na formação cidadã, visando a transformação social e o fortalecimento da classe trabalhadora.

Dentro do contexto institucional, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFG define metas e diretrizes que norteiam seu compromisso com a transparência e o aprimoramento contínuo. Esse compromisso é reforçado pela importância das práticas de autoavaliação, essenciais para que a instituição possa ajustar suas estratégias e corrigir eventuais fragilidades identificadas. O Plano Trienal de Autoavaliação 2021-2022 estabelece diretrizes para o diagnóstico e aperfeiçoamento das ações institucionais, promovendo uma compreensão profunda dos desafios e avanços experimentados pelo IFG e contribuindo para a melhoria do ambiente acadêmico e administrativo.

2. ATOS REGULATÓRIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

O funcionamento das Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, incluindo o IFG, está rigorosamente regulamentado por atos normativos que asseguram padrões de qualidade e mantêm o compromisso com a excelência educacional e com as exigências do Ministério da Educação (MEC). Esses atos envolvem processos como o Credenciamento e Recredenciamento Institucional, o Reconhecimento e a Renovação de Reconhecimento dos cursos de graduação, entre outros. Regulamentados pela Portaria Normativa MEC nº 40 de 2007 (atualizada em 2010) e pelo Decreto nº 5.773 de 2006, esses processos estabelecem os critérios e as etapas a serem seguidos por todas as IES, sendo fundamentais para garantir a qualidade e a validade dos cursos oferecidos.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é o órgão responsável pela condução das avaliações externas, utilizando instrumentos que buscam avaliar o desempenho e o cumprimento das metas institucionais das IES em vários aspectos. O objetivo central desses atos regulatórios é assegurar que cada instituição de ensino cumpra sua missão educacional e atenda às exigências normativas do MEC, oferecendo um ensino que esteja em consonância com os parâmetros nacionais de qualidade.

Quadro 1 - Avaliações internas e externas

Avaliações Externas	Indicadores de Qualidade	Avaliações internas
Avaliações <i>in loco</i> , relacionadas aos processos de Credenciamento Institucional, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos superiores de graduação	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE	Relatórios da Comissão Própria de Avaliação - CPA
	Conceito Preliminar de Curso (CPC), gerado a partir do ENADE e outros insumos.	
	Índice Geral dos Cursos - IGC , gerado a partir dos CPCs e outros insumos.	

2.1 AVALIAÇÕES EXTERNAS

As avaliações in loco, realizadas por comissões designadas pelo INEP, constituem uma das modalidades fundamentais de avaliação externa e têm o propósito de verificar a conformidade da instituição em relação aos requisitos legais e educacionais estabelecidos para o Credenciamento e Recredenciamento, além da Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de cursos superiores. Estas avaliações são baseadas no Instrumento de Avaliação Institucional Externa, que se organiza em torno de cinco eixos principais: Planejamento e Avaliação Institucional, Desenvolvimento Institucional, Políticas Acadêmicas, Políticas de Gestão e Infraestrutura.

Cada um desses eixos contempla dimensões específicas, permitindo uma visão abrangente sobre o desempenho da instituição em áreas fundamentais para seu funcionamento. O eixo de Planejamento e Avaliação Institucional, por exemplo, foca na capacidade da IES de monitorar e avaliar suas atividades, enquanto o eixo de Desenvolvimento Institucional observa a coerência entre as políticas de ensino e a missão institucional. A avaliação das Políticas Acadêmicas se concentra nas metodologias de ensino e nas políticas de apoio ao aluno, e o eixo de Políticas de Gestão examina a administração dos recursos humanos, financeiros e materiais da instituição. Finalmente, o eixo de Infraestrutura analisa as condições físicas e tecnológicas dos espaços educacionais e de apoio. Essas avaliações resultam em conceitos que refletem o nível de excelência da instituição, sendo determinantes para a aprovação e renovação dos atos autorizativos dos cursos.

2.2. AVALIAÇÕES INTERNAS

As avaliações internas, conduzidas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e exigidas pela Lei nº 10.861 de 2004, têm como objetivo a implementação de uma cultura de autoavaliação que envolva toda a comunidade acadêmica e que promova o aprimoramento contínuo. A CPA é responsável por desenvolver e aplicar instrumentos avaliativos que permitam à instituição uma análise crítica de suas práticas acadêmicas e administrativas. Com base nos resultados obtidos, a CPA elabora relatórios que são enviados ao sistema e-MEC,

alimentando o processo de monitoramento institucional do MEC e assegurando que a instituição atenda aos padrões de qualidade estabelecidos.

Essas avaliações internas complementam as avaliações externas, permitindo que a instituição identifique tanto seus pontos fortes quanto as áreas que necessitam de melhorias. A autonomia da CPA, prevista em lei, garante que esse processo seja conduzido de forma independente, oferecendo uma perspectiva imparcial sobre o funcionamento da instituição. A autoavaliação é, assim, uma ferramenta vital para a formulação de políticas institucionais que promovam a qualidade, a transparência e o atendimento às demandas da sociedade.

2.2.1. EVOLUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO DO IFG

Nos últimos anos, o IFG tem consolidado um processo de autoavaliação cada vez mais robusto, com a participação ativa da comunidade acadêmica em todas as suas dimensões. A CPA implementa metodologias que incentivam o envolvimento de docentes, discentes e técnicos administrativos, permitindo uma abordagem abrangente e dialética dos processos institucionais. Essa evolução visa não apenas cumprir com as exigências regulatórias, mas também transformar a autoavaliação em uma prática de autocrítica e autoconhecimento institucional, fundamental para o desenvolvimento contínuo do IFG e para a construção de uma educação pública de qualidade.

2.2.2. ATUAL COMPOSIÇÃO DA CPA DO IFG

A CPA do IFG é composta por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica, incluindo docentes, discentes, técnicos administrativos e representantes da sociedade civil. Essa composição diversificada, prevista pela Lei nº 10.861, assegura uma visão plural das necessidades institucionais e permite que os processos avaliativos sejam realizados com imparcialidade e transparência. A independência da CPA em relação aos demais órgãos da instituição fortalece sua atuação, garantindo que os processos de autoavaliação contribuam de maneira significativa para a tomada de decisões estratégicas e para a melhoria dos processos educacionais e administrativos.

A autoavaliação no IFG, vista à luz dos princípios da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, reforça o compromisso da instituição com uma educação pública e inclusiva. Esse processo, ancorado nos princípios do materialismo histórico-dialético, visa transformar a realidade institucional e promover uma educação que responda às necessidades concretas da sociedade. Através de uma análise crítica de suas práticas, o IFG reafirma sua missão de oferecer uma educação que contribua para o desenvolvimento regional e nacional, comprometida com os valores de equidade, transparência e excelência.

Quadro 2 - Composição da CPA Central IFG em 2024

CPA CENTRAL - PORTARIA Nº 1009 - REITORIA/IFG, DE 06 DE MAIO DE 2024			
Nome	Câmpus/Instituição	Segmento	Função
Alessandro da Costa	Câmpus Goiânia Oeste/Reitoria	Docente	Titular (Coordenador)
Natalia Arantes Andrade Avelar	Reitoria	Técnico-Administrativo	Titular
Diego Veloso Gomes	Reitoria	Docente	Titular
Daniel Rosa Canedo	Câmpus Luziânia/Reitoria	Docente	Titular
Manoel Lucas da Silva	Câmpus Luziânia/Reitoria	Docente	Titular
Samuel Hilário Rodrigue	Câmpus Cidade de Goiás	Técnico-Administrativo	Titular
Rafaela Nunes Cirqueira Mota	Câmpus Cidade de Goiás	Discente	Titular
Andreza Sousa da Silva	Câmpus Anápolis	Discente	Titular
Valéria Pedro da Silva	Câmpus Goiânia	Discente	Titular
Alexandre Francisco Gomes Barbosa	Câmpus Formosa	Discente	Suplente

Regina Lúcia de Deus	Câmpus Goiânia	Discente	Suplente
Maria Euzébia de Lima	Sociedade Civil	Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás – Sintego	Titular
Ludmylla da Silva Morais	Sociedade Civil	Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás – Sintego	Suplente
Ariston Alves Afonso	Sociedade Civil	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás – CREA	Titular
Maria do Socorro Almeida Nascimento	Sociedade Civil	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás – CREA	Suplente

3. METODOLOGIA

Diante dos desafios apresentados pelo ano de 2023, a metodologia deste relatório foi desenvolvida para proporcionar uma análise abrangente e integrada dos processos de autoavaliação no IFG, considerando o impacto do sistema SUAP-EDU e as propostas de melhoria delineadas nos relatórios de 2021 e 2022. Baseado nos princípios do materialismo histórico-dialético, este processo de autoavaliação é orientado pela compreensão crítica e contextualizada da instituição, abordando as contradições e necessidades sociais e estruturais que influenciam a sua atuação. A seguir, detalham-se os principais passos metodológicos que guiaram este relatório.

3.1. CONSULTA A DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

Como primeiro passo, foi realizada uma ampla consulta a documentos institucionais, incluindo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), atas de reuniões da CPA, registros administrativos e relatórios de gestão. Essa fase de consulta foi fundamental para entender as diretrizes estratégicas da instituição e os fundamentos legais e organizacionais que orientam suas práticas avaliativas. A análise desses documentos proporcionou uma base teórica e prática, permitindo à CPA identificar as linhas de ação e os compromissos assumidos anteriormente, essenciais para a continuidade e aprimoramento dos processos de autoavaliação.

3.1.1. IDENTIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS APRESENTADAS PELOS RELATÓRIOS DE 2021-2022

A partir da consulta documental, procedeu-se à análise minuciosa dos relatórios de autoavaliação de 2021 e 2022, nos quais foram identificadas as propostas de melhorias e os principais pontos críticos levantados pela comunidade acadêmica. Essa análise permitiu uma visão clara das recomendações de aprimoramento, tanto em nível administrativo quanto pedagógico, estabelecendo-se uma linha de continuidade entre os ciclos anteriores e o planejamento de novas ações. As propostas incluem recomendações nas áreas de

infraestrutura, políticas de ensino, gestão de recursos humanos e inovação pedagógica, entre outros eixos relevantes.

3.1.2. APRESENTAÇÃO DAS AÇÕES REALIZADAS A PARTIR DAS PROPOSTAS APRESENTADAS PELOS RELATÓRIOS DE 2021-2022

A metodologia seguiu com a apresentação detalhada das ações implementadas pela instituição em resposta às propostas delineadas nos relatórios de 2021 e 2022. Cada ação foi contextualizada e categorizada conforme o eixo correspondente, o que permite um acompanhamento sistemático dos avanços em áreas estratégicas, como a formação docente, a atualização da infraestrutura e a implementação de políticas de apoio ao estudante. Esse mapeamento foi fundamental para ilustrar as ações que foram efetivamente realizadas e identificar os pontos onde a execução foi parcial ou ainda se encontra em andamento.

3.1.3. ANÁLISE DAS PROPOSTAS APRESENTADAS COM AS AÇÕES REALIZADAS

O próximo passo foi uma análise comparativa entre as propostas dos relatórios de 2021-2022. Essa análise visou verificar o alinhamento das respostas institucionais com as necessidades diagnosticadas nos ciclos anteriores, permitindo identificar lacunas, avanços e possíveis ajustes necessários para os próximos anos. A metodologia dialética adotada buscou contextualizar cada ação no cenário atual do IFG, considerando os condicionantes sociais e estruturais que afetam a implementação das melhorias e os impactos do sistema SUAP-EDU.

3.1.4. CONSIDERAÇÕES

A metodologia adotada para este relatório de autoavaliação procurou não apenas documentar as ações realizadas, mas também oferecer uma análise crítica e fundamentada do processo avaliativo no IFG. Ao alinhar as práticas institucionais com os princípios da transparência e da melhoria contínua, esta metodologia visa fortalecer o compromisso do IFG

com a educação pública e inclusiva, em consonância com os objetivos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

4. PROPOSTAS APRESENTADAS PELOS RELATÓRIOS DE 2021 E 2022

4.1. A ANÁLISE DOS RESULTADOS E SUGESTÕES NO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO DE 2021

A análise dos resultados e sugestões no Relatório de Autoavaliação de 2021 do IFG revela avanços e desafios institucionais, os quais podem ser examinados sob uma perspectiva crítica, especialmente à luz do materialismo histórico-dialético. Este fundamento permite entender a autoavaliação como um processo de crítica construtiva que deve transformar as condições sociais e materiais da instituição, promovendo uma educação pública de qualidade e acessível.

Eixo I: Planejamento e Avaliação Institucional

Os dados indicam que o planejamento e a execução das ações no IFG possuem lacunas significativas. A percepção da comunidade acadêmica revela que, embora o planejamento anual seja divulgado para os diversos segmentos, a execução prática das soluções apresentadas ainda é percebida como insuficiente. Esse cenário, especialmente na Reitoria, onde apenas 37,5% dos técnicos-administrativos consideraram as soluções implementadas satisfatórias, demonstra uma dissociação entre o planejamento estratégico e sua efetiva aplicação.

Sugestões para o Eixo I

- A CPA propõe o fortalecimento dos processos de planejamento por meio de capacitações e maior envolvimento dos servidores em todas as etapas, permitindo uma compreensão mais ampla dos objetivos institucionais e favorecendo um alinhamento entre diagnóstico e ação.
- Sugere-se também que os relatórios de autoavaliação sejam amplamente divulgados, acompanhados de discussões que permitam à comunidade acadêmica entender e participar do processo de implementação das propostas.

Eixo II: Desenvolvimento Institucional

No eixo de desenvolvimento institucional, foi identificada uma necessidade crítica de tornar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) mais acessível e compreensível para a comunidade acadêmica. Embora o conhecimento sobre a missão e os valores institucionais seja satisfatório, muitos discentes e técnicos-administrativos demonstraram desconhecimento sobre o papel do PDI e sua importância na estrutura e na prática institucional.

Sugestões para o Eixo II

- Para mitigar esse problema, a CPA sugere a realização de campanhas informativas e sessões de treinamento sobre o PDI. Essas ações devem ocorrer regularmente e incluir tanto os novos estudantes quanto os servidores, promovendo uma integração efetiva dos diversos atores institucionais.
- Propõe-se ainda que o IFG fortaleça suas ações de responsabilidade social, promovendo atividades que aproximem a instituição da comunidade e reforcem a relevância de sua missão educativa e social.

Considerações Analíticas

O Relatório de Autoavaliação de 2021, ao evidenciar as fragilidades e sugerir caminhos de melhoria, posiciona o IFG em um ciclo contínuo de reflexão e transformação. O materialismo histórico-dialético destaca a importância de compreender essas fragilidades como produto de uma estrutura social e material que demanda intervenção prática e crítica. Assim, os dados apontam para a necessidade de um compromisso coletivo no IFG, com o objetivo de transformar as recomendações da CPA em políticas institucionais efetivas, promovendo uma maior participação da comunidade e um alinhamento entre teoria e prática.

Esta análise busca, portanto, não apenas descrever os resultados, mas fomentar uma cultura de avaliação que vise à mudança institucional concreta, refletindo o compromisso do IFG com a construção de uma educação pública, inclusiva e emancipadora.

4.2. A ANÁLISE DOS RESULTADOS E SUGESTÕES NO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO DE 2022

A análise dos Resultados e Sugestões no Relatório de Autoavaliação de 2022 do Instituto Federal de Goiás (IFG) destaca avanços, fragilidades e caminhos para aprimoramento em várias dimensões institucionais. Com base no materialismo histórico-dialético, o processo de autoavaliação é tratado como um reflexo dinâmico e crítico do contexto educacional e social do IFG, com o objetivo de identificar e abordar as contradições e desafios que impactam diretamente a qualidade educacional e a eficiência administrativa.

Eixo III: Políticas Acadêmicas

No que diz respeito às políticas acadêmicas, a autoavaliação evidencia que a implementação de políticas voltadas ao ensino, pesquisa, extensão e apoio estudantil apresenta tanto pontos fortes quanto áreas que necessitam de fortalecimento. Observou-se que a comunidade acadêmica reconhece os esforços do IFG para melhorar as políticas de ensino e pesquisa, mas também identifica uma carência de ações que envolvam efetivamente a extensão e a comunicação com a sociedade. Este aspecto sugere uma necessidade de alinhamento mais próximo entre as metas institucionais e a prática cotidiana, visando tornar o conhecimento produzido no IFG mais acessível e relevante para a sociedade.

Sugestões para o Eixo III

1. Fortalecer a comunicação externa e interna sobre as ações de ensino, pesquisa e extensão, incluindo campanhas informativas e plataformas digitais mais acessíveis.
2. Ampliar as oportunidades de bolsas e apoio acadêmico para incentivar a participação dos estudantes em projetos de pesquisa e extensão, criando uma base de apoio sólida para a produção acadêmica.
3. Desenvolver programas de extensão mais robustos que atendam diretamente às demandas da comunidade, promovendo uma conexão mais efetiva entre o IFG e a sociedade.

Eixo IV: Políticas de Gestão

As políticas de gestão, que englobam o desenvolvimento e a capacitação dos servidores, a organização institucional e a sustentabilidade financeira, apresentam um quadro de desafios e oportunidades. A análise indicou que, embora o IFG possua políticas para capacitação e aprimoramento profissional, ainda existem percepções de insatisfação em relação à valorização e ao desenvolvimento de carreira. Além disso, as condições de trabalho e a estrutura administrativa foram apontadas como aspectos que requerem aprimoramento, especialmente em um contexto de restrições orçamentárias.

Sugestões para o Eixo IV

1. Investir em programas de capacitação contínua para servidores, com foco em gestão de recursos e eficiência administrativa, fortalecendo a infraestrutura e as condições de trabalho.
2. Revisar e aprimorar o plano de carreira dos técnicos-administrativos e docentes, visando uma progressão mais justa e motivadora.
3. Implementar estratégias de sustentabilidade financeira, buscando novas fontes de financiamento e racionalização dos recursos já existentes, para assegurar a continuidade e ampliação das atividades institucionais.

Eixo V: Infraestrutura

A infraestrutura física, que inclui laboratórios, bibliotecas e outros recursos de apoio acadêmico, é um dos pontos críticos destacados no relatório. A comunidade acadêmica identificou a necessidade urgente de melhorias em várias unidades do IFG, ressaltando que, para garantir a qualidade do ensino, é essencial que os espaços de aprendizagem estejam adequadamente equipados e em bom estado de conservação. A falta de recursos tecnológicos e de espaços apropriados para atividades práticas foi também uma preocupação relevante apontada.

Sugestões para o Eixo V

1. Desenvolver um plano estratégico de manutenção e expansão da infraestrutura, priorizando as áreas que apresentam maior desgaste e impacto na qualidade do ensino e da pesquisa.

2. Buscar parcerias para financiamento de equipamentos e reformas estruturais, envolvendo tanto o setor público quanto o setor privado, para maximizar os recursos disponíveis.
3. Implementar um sistema de gestão de infraestrutura que permita uma análise contínua e atualizada das condições físicas dos Câmpus, facilitando o planejamento de reformas e a alocação de recursos.

Considerações Analíticas

O Relatório de Autoavaliação de 2022, ao enfatizar as fragilidades e propor estratégias de melhoria, fortalece a capacidade do IFG de se desenvolver de maneira crítica e adaptativa. A abordagem histórica e dialética subjacente à análise institucional permite que o IFG compreenda suas práticas internas e externas em relação ao contexto socioeconômico mais amplo, ajustando-se às necessidades emergentes e preservando seu compromisso com a educação pública e inclusiva.

Essa avaliação sugere que, para promover um avanço consistente e sólido, o IFG deve priorizar uma cultura institucional de autocrítica e inovação contínua. A autoavaliação, como uma ferramenta para identificar e enfrentar os desafios históricos e estruturais da instituição, reforça o papel do IFG na promoção de uma educação voltada para o desenvolvimento humano e social.

4.3. AÇÕES REALIZADAS A PARTIR DAS PROPOSTAS APRESENTADAS PELOS RELATÓRIOS DE 2021-2022

4.3.1. Síntese das ações realizadas em 2021

Ações para o Conhecimento e Cumprimento do PDI

Em 2021, o IFG implementou uma série de iniciativas voltadas para o conhecimento e cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), promovendo o alinhamento entre as áreas de ensino, pesquisa, extensão e inovação com as metas estratégicas da

instituição. Campanhas de conscientização e treinamentos foram conduzidos para servidores e estudantes, fortalecendo o entendimento sobre os objetivos e diretrizes do PDI. Sessões informativas e workshops aproximaram a comunidade acadêmica das metas institucionais, destacando o papel de cada área na promoção do desenvolvimento educacional e científico do IFG.

Ações voltadas para a Sustentabilidade Ambiental e Preservação do Meio Ambiente

O IFG reforçou, em 2021, seu compromisso com a sustentabilidade ambiental e a preservação do meio ambiente, implementando práticas para reduzir o impacto ecológico das atividades acadêmicas e administrativas. Iniciativas de reciclagem e uso racional de energia e água foram amplamente promovidas, acompanhadas por campanhas de conscientização e projetos educativos que envolveram estudantes e servidores em práticas sustentáveis. Esses esforços visaram incorporar a sustentabilidade como valor essencial e transversal na instituição.

Políticas de Inclusão e Respeito às Diferenças

Com foco na promoção da diversidade e inclusão, o IFG manteve políticas de acolhimento e respeito às diferenças culturais, sociais e individuais. Em 2021, foram oferecidos programas de acessibilidade, suporte para estudantes em situação de vulnerabilidade e atividades que fomentaram o respeito à diversidade. Essas ações fortaleceram um ambiente acadêmico inclusivo, onde todos os membros da comunidade acadêmica se sentem valorizados e apoiados.

Equidade Social no Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Para democratizar o acesso ao desenvolvimento científico e tecnológico, o IFG estabeleceu programas de incentivo destinados a estudantes de diferentes contextos sociais. Bolsas e apoio logístico foram oferecidos a grupos em situação de vulnerabilidade, permitindo uma participação mais equitativa em projetos de pesquisa e inovação. Essas

iniciativas reforçaram o compromisso do IFG com a equidade social, promovendo um ambiente onde a diversidade enriquece o desenvolvimento científico.

Transparência e Sustentabilidade Orçamentária

Em 2021, o IFG reafirmou seu compromisso com a transparência e sustentabilidade orçamentária, promovendo a divulgação regular de relatórios financeiros e o monitoramento das metas orçamentárias. Essas ações visaram garantir que a comunidade acadêmica estivesse informada sobre a situação financeira da instituição e envolvida em decisões que afetassem o planejamento financeiro. Foram adotadas práticas de otimização de recursos, buscando assegurar a continuidade das atividades acadêmicas e administrativas, mesmo diante de restrições orçamentárias.

Gestão Democrática e Participativa

A gestão democrática é um dos pilares do IFG, e em 2021, a instituição continuou a incentivar a participação ativa de toda a comunidade acadêmica nas decisões institucionais. Consultas públicas, assembleias e reuniões de colegiados foram promovidas para discutir questões estratégicas, fortalecendo uma governança participativa e inclusiva. Esse modelo de gestão assegura que todas as vozes, incluindo alunos, docentes e técnicos-administrativos, sejam ouvidas e respeitadas, promovendo transparência e coesão institucional.

4.3.2. Síntese das ações realizadas em 2022

Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão

Em 2022, o IFG consolidou iniciativas que integram ensino, pesquisa e extensão, buscando uma abordagem acadêmica que valorize o aprendizado prático e a resolução de problemas reais. O ensino foi continuamente aprimorado para incluir metodologias que favorecem a aplicação prática do conhecimento, enquanto a pesquisa incentivou projetos inovadores que atendem a demandas locais e regionais, gerando soluções para problemas sociais e tecnológicos. A extensão serviu como uma ponte entre a instituição e a comunidade

externa, promovendo o desenvolvimento social através de projetos que dialogam com as realidades locais e fortalecem o papel do IFG como agente de transformação social.

Comunicação com a Sociedade e Acesso à Informação

O relacionamento com a sociedade foi aprimorado por meio de plataformas que permitem ao público acessar informações e fazer solicitações diretamente ao IFG. Através do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e da Ouvidoria, foram estabelecidos canais para que o público possa fazer pedidos, oferecer feedback e acessar dados institucionais. Estas ações reforçaram a transparência e o compromisso do IFG com a acessibilidade da informação, atendendo aos princípios de gestão pública participativa e responsabilidade institucional.

Políticas de Atendimento aos Estudantes, Permanência e Êxito

Visando à retenção e ao sucesso dos estudantes, o IFG desenvolveu programas de apoio que abrangem assistência acadêmica, financeira e social. Políticas de permanência foram fortalecidas para assegurar que estudantes, independentemente de sua condição socioeconômica, pudessem progredir e concluir seus cursos com o suporte necessário. As iniciativas incluíram monitoria, programas de apoio financeiro e acompanhamento pedagógico, promovendo um ambiente inclusivo e acolhedor que respeita a diversidade e incentiva o sucesso estudantil.

Gestão de Pessoas e Estrutura Organizacional

O desenvolvimento de políticas de gestão de pessoas focou em capacitar o corpo docente e técnico-administrativo, oferecendo oportunidades de desenvolvimento e um ambiente de trabalho que promove o crescimento profissional. Na organização institucional, foi priorizada uma abordagem democrática, onde as decisões envolvem a participação ativa da comunidade acadêmica, fortalecendo a governança inclusiva e assegurando que os interesses de todos os setores sejam representados e respeitados.

Sustentabilidade Financeira

Para garantir a continuidade e a qualidade das operações, o IFG estabeleceu práticas orçamentárias sustentáveis. O controle rigoroso dos recursos financeiros visou assegurar que os investimentos fossem direcionados para áreas prioritárias, especialmente aquelas que impactam diretamente o ensino e a pesquisa. Essas práticas refletiram um compromisso com a eficiência e a sustentabilidade, garantindo que a instituição mantenha sua solidez financeira, mesmo diante de restrições orçamentárias.

Infraestrutura Física

A melhoria da infraestrutura física foi um elemento essencial para proporcionar um ambiente de ensino de qualidade. Em 2022, foram realizados investimentos na modernização de laboratórios, bibliotecas e salas de aula, além de aprimoramentos na conectividade e recursos tecnológicos. Esse avanço na infraestrutura garantiu condições adequadas para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, favorecendo tanto o corpo docente quanto os alunos em suas práticas diárias.

Essas ações refletem o compromisso contínuo do IFG com a excelência acadêmica, o desenvolvimento social e a sustentabilidade institucional. A gestão democrática e a transparência reforçam o papel do IFG como uma instituição pública comprometida com a educação de qualidade, onde ensino, pesquisa e extensão trabalham em conjunto para promover o desenvolvimento regional e o bem-estar social.

5. ANÁLISE DAS PROPOSTAS APRESENTADAS COM AS REALIZADAS

A análise comparativa entre os relatórios de autoavaliação institucional do IFG para os anos de 2021 e 2022 evidencia um progresso consistente e a continuidade de iniciativas voltadas para o fortalecimento das políticas institucionais. Os relatórios destacam avanços, desafios recorrentes e novas direções estratégicas, oferecendo uma visão aprofundada sobre a evolução das práticas em áreas essenciais como políticas acadêmicas, de gestão e infraestrutura. A seguir, são discutidos os principais aspectos de cada eixo analisado e as diferenças nas propostas ao longo desses dois anos.

Eixo III – Políticas Acadêmicas: Ensino, Pesquisa, Extensão, Comunicação com a Sociedade e Atendimento aos Estudantes

Nos relatórios de 2021 e 2022, as políticas acadêmicas focaram em aprimorar a integração entre ensino, pesquisa e extensão. Em 2021, as ações buscavam expandir a pesquisa e fortalecer a produção acadêmica dos discentes, além de promover uma extensão mais ativa, que levasse os resultados do IFG para a comunidade externa. A comunicação com a sociedade foi intensificada para melhorar a visibilidade das ações acadêmicas e promover uma maior transparência institucional. No relatório de 2022, houve uma ênfase maior em reforçar a infraestrutura de suporte ao ensino e à pesquisa, além de expandir as políticas de apoio aos estudantes para assegurar sua permanência e êxito. Essa continuidade de políticas sugere um compromisso institucional com a educação omnilateral e com o desenvolvimento social, buscando, cada vez mais, aproximar os estudantes da realidade do mercado e das necessidades regionais.

Eixo IV – Políticas de Gestão: Pessoal, Organização e Gestão Institucional e Sustentabilidade Financeira

As políticas de gestão de pessoal e organização institucional receberam atenção especial nos dois relatórios. Em 2021, as iniciativas estavam voltadas para a capacitação e valorização dos servidores, com ações que incentivavam o desenvolvimento profissional e a melhoria das condições de trabalho. Em 2022, essas políticas foram mantidas e ampliadas,

com um enfoque crescente na gestão participativa, buscando a inclusão dos diversos setores institucionais nas decisões e promovendo a transparência e a coesão organizacional. A sustentabilidade financeira também continuou como um ponto crítico em ambos os anos, com estratégias de racionalização de recursos para lidar com as limitações orçamentárias e assegurar que as áreas prioritárias recebessem investimentos, especialmente em ensino e pesquisa. A continuidade dessa linha de gestão ressalta a importância que o IFG atribui a uma estrutura financeira responsável e à valorização dos servidores como parte essencial de seu funcionamento.

Eixo V – Infraestrutura Física

A infraestrutura física da instituição foi um eixo com desafios contínuos em 2021 e 2022. Em 2021, as ações focaram na adequação e melhoria de laboratórios, bibliotecas e salas de aula, buscando oferecer condições adequadas para o desenvolvimento das atividades acadêmicas. Em 2022, a necessidade de atualizar e expandir os recursos tecnológicos e de infraestrutura continuou sendo uma prioridade. As propostas desse ano enfatizaram a adaptação dos espaços para atender a um número maior de estudantes e as demandas de novos cursos, além de considerar as inovações tecnológicas necessárias para modernizar o ambiente de aprendizado. Esse compromisso com a infraestrutura demonstra o esforço do IFG em criar uma base sólida e sustentável para o crescimento de suas atividades acadêmicas e de pesquisa.

Comparação Geral e Sugestões Futuras

Ao comparar os relatórios de 2021 e 2022, nota-se uma continuidade nas propostas de fortalecimento das políticas de apoio acadêmico, gestão transparente e aprimoramento da infraestrutura. O alinhamento das ações demonstra o compromisso do IFG em consolidar uma cultura institucional de autocrítica e melhoria contínua. Para os anos seguintes, é recomendável que o IFG intensifique o foco em políticas de apoio ao estudante, especialmente no que tange à assistência financeira e psicossocial, visando a retenção e o êxito dos alunos. Além disso, a busca por fontes alternativas de financiamento e parcerias

poderá contribuir para fortalecer a sustentabilidade financeira, garantindo que a instituição mantenha a qualidade e inovação de suas atividades.

Em resumo, a análise comparativa dos relatórios de 2021 e 2022 evidencia a evolução do IFG em áreas estratégicas e reforça a importância de uma gestão coesa e orientada para o atendimento das demandas institucionais e sociais, refletindo o compromisso da instituição com uma educação pública e de qualidade.

6. DESAFIOS PARA OS PRÓXIMOS PROCESSOS DE AUTOAVALIAÇÃO

Para os próximos ciclos de autoavaliação, o IFG enfrentará desafios significativos que demandam tanto adaptações metodológicas quanto aprimoramentos nas práticas institucionais. Com a recente implementação do sistema SUAP-EDU, a instituição está em um momento de transição que exige ajustes contínuos e capacitação de toda a comunidade acadêmica para utilização eficaz do sistema. Essa adaptação visa garantir que os processos de coleta, análise e utilização de dados sejam realizados de forma precisa e em conformidade com as diretrizes institucionais.

Outro desafio importante reside na necessidade de ampliar o envolvimento de toda a comunidade acadêmica – discentes, docentes e técnicos-administrativos – para que participem ativamente dos processos avaliativos. A busca por uma cultura de autoavaliação compartilhada requer estratégias de comunicação mais eficazes e práticas que aproximem os diversos segmentos do IFG, promovendo um ambiente em que todos compreendam a importância e os benefícios do processo avaliativo.

A infraestrutura também representa um desafio constante, pois o crescimento das demandas acadêmicas exige que o IFG mantenha investimentos adequados em seus espaços físicos e tecnológicos. Esse aprimoramento é essencial para assegurar que as condições institucionais acompanhem a expansão dos cursos e as necessidades crescentes de pesquisa e extensão.

A sustentabilidade financeira será outro ponto crítico nos próximos anos, especialmente em cenários de restrição orçamentária. A busca por novas fontes de financiamento, otimização de recursos e parcerias institucionais será fundamental para manter a qualidade das atividades e garantir a continuidade dos projetos de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, os desafios relacionados à inclusão e permanência estudantil continuam a exigir políticas de suporte efetivas, abrangendo assistência financeira, pedagógica e psicossocial, que são essenciais para o êxito acadêmico dos estudantes.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatórios de autoavaliação de 2021 e 2022 evidenciam o compromisso do IFG com uma educação pública de qualidade, refletindo um processo de autocrítica e aprimoramento contínuo. A instituição tem buscado alinhar suas práticas de ensino, pesquisa e extensão com as demandas da sociedade, respondendo aos desafios institucionais com soluções inovadoras e estratégicas. Embora os obstáculos relacionados à adaptação tecnológica, engajamento da comunidade acadêmica e sustentabilidade financeira exijam esforços adicionais, as experiências e lições aprendidas ao longo dos últimos anos fortalecem o IFG e o preparam para enfrentar esses desafios.

Os próximos ciclos de autoavaliação oferecerão oportunidades valiosas para consolidar as políticas institucionais e reforçar a missão do IFG como um agente transformador no contexto educacional e social. Com uma abordagem integrada e participativa, o IFG segue comprometido em proporcionar um ambiente acadêmico inclusivo, inovador e sustentável, garantindo a transparência e o impacto positivo de suas ações em prol do desenvolvimento regional e da formação de cidadãos críticos e atuantes.



INSTITUTO FEDERAL
Goiás